

A execução orçamental até maio veio confirmar os riscos anteriormente identificados pela UTAO para o cumprimento dos objetivos estabelecidos para algumas das principais rubricas. Tendo em conta que no 1.º trimestre de 2012 acabou por se verificar um abrandamento da recessão económica (determinado pelo comportamento menos negativo da procura interna), o agudizar dos referidos riscos coloca algumas dúvidas sobre a razoabilidade das metas orçamentais definidas, nomeadamente as relativas à receita fiscal e às contribuições e prestações sociais. Como nota positiva destaque para a diminuição da despesa com pessoal, num contexto em que o efeito de uma das principais medidas previstas (suspensão/redução dos subsídios de férias e de Natal dos funcionários públicos) apenas começará a verificar-se a partir da execução orçamental de junho. O stock de "contas a pagar" reduziu-se em maio para níveis inferiores aos verificados em dezembro de 2011. No entanto, de acordo com os dados mais recentes sobre as dívidas por pagar há mais de 90 dias (relativos a abril), estas continuaram a evidenciar uma trajetória de crescimento.

Administração Central e Segurança Social

1 A execução orçamental até maio veio confirmar a existência de significativos riscos para o cumprimento das metas estabelecidas para algumas das principais rubricas.

A execução orçamental até maio foi considerada de grande relevância para aferir o comportamento da receita fiscal, na medida em que esta passou a refletir o efeito integral da medida de racionalização da estrutura das taxas do IVA. Os dados publicados traduzem desvios não negligenciáveis em algumas rubricas, que poderão comprometer o cumprimento das metas traçadas para o corrente ano, não apenas ao nível da receita fiscal mas também das contribuições recebidas e prestações sociais pagas no âmbito do subsector da segurança social. A degradação da atividade económica terá contribuído para a confirmação dos sinais negativos que vinham sendo apontados pela UTAO. Contudo, tendo em conta que no 1.º trimestre de 2012 acabou por se verificar um abrandamento da recessão económica¹ (o qual, de acordo com o INE, foi "determinado pelo contributo menos negativo da procura interna")², o agudizar dos referidos riscos levanta igualmente dúvidas sobre a razoabilidade das metas estabelecidas para a receita fiscal e para as contribuições sociais, mesmo após a revisão em baixa efetuada no âmbito da 1.ª alteração ao OE/2012. Refira-se, porém, que o efeito de uma das principais medidas previstas (suspensão/redução dos subsídios de férias e de Natal dos funcionários públicos e pensionistas), apenas começará a verificar-se a partir da execução orçamental de junho.

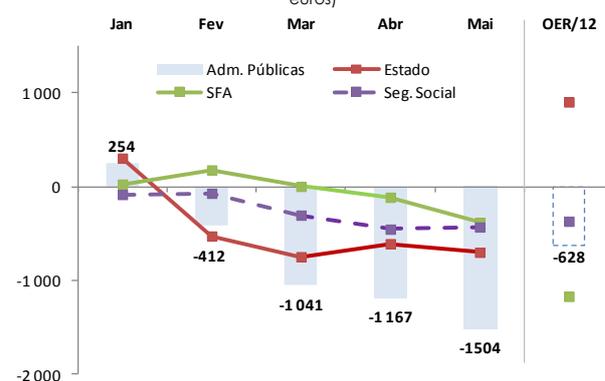
2 Apesar de ter diminuído face ao mês anterior, o défice orçamental da administração central e segurança social registou uma deterioração homóloga mais acentuada.

Nos primeiros cinco meses de 2012, a administração central e segurança social atingiu um défice de 1698 M€, inferior em 201,6 M€ ao verificado até abril.³ Porém, em termos homólogos, o saldo global registou uma deterioração de 1504 M€ até maio, na sequência de um aumento dos "juros e outros encargos" (+1030 M€) e de uma diminuição do excedente primário (-474 M€). A referida deterioração agravou-se em 336 M€ face à ocorrida até abril.⁴

3 A deterioração homóloga do défice acentuou-se devido a um pior desempenho dos subsectores Estado e serviços e fundos autónomos (SFA).

Embora todos os subsectores tenham registado uma deterioração do respetivo saldo global face ao período homólogo, o agravamento face ao mês anterior deveu-se ao Estado e aos SFA. Salienta-se sobretudo o acentuar (em 268 M€) da redução homóloga do excedente orçamental dos SFA. Para essa evolução mais negativa contribuiu sobretudo o forte agravamento do défice de algumas EPR face ao registado até ao mês anterior, nomeadamente das empresas Estradas de Portugal e REFER. Por sua vez, o agravamento do défice do Estado intensificou-se em 92 M€. Em sentido contrário, assinala-se que a diminuição do excedente da segurança social foi menos acentuada (em 23 M€) face à registada até abril.

Gráfico 1 – Variação homóloga do saldo da administração central e segurança social, por subsector (valores acumulados, em milhões de euros)



Fonte: DGO e cálculos da UTAO. | Notas: valores não ajustados; a variação implícita do saldo da administração central e segurança social para 2012, face à execução provisória de 2011 (publicada na síntese de execução orçamental de março de 2012), corresponde a uma deterioração de 628 M€.

Tabela 1 - Saldo global por subsectores – janeiro a maio (em milhões de euros)

Subsector	2011	2012	Variação Homóloga	Por memória:	
				OER/2012	Var. implícita OER/2012
1. Estado	-2 019	-2 716	-697	-6 275	906
2. Serviços e Fundos Autónomos (d.q.)	1 081	703	-379	-197	-1 168
Entidades Públicas Reclasseificadas	-	-460	-460	-1 194	-1 194
3. Administração Central (1+2)	-938	-2 013	-1 076	-6 472	-262
4. Segurança Social	743	315	-428	63	-366
5. Adm. Central + Seg. Social (3+4)	-194	-1 698	-1 504	-6 409	-628
6. Administração Regional e Local	n.d.	250	n.d.	216	33
7. Administrações Públicas (5+6)	n.d.	-1 448	n.d.	-6 193	-595
8. Administração Central + S.Social ajustado*	-2 155	-2 178	-22	-	-

Fonte: DGO e cálculos da UTAO.

Notas: o saldo da AdRL até maio/2012 não inclui as freguesias (ao contrário do que sucede com o subjacente ao OER/2012); a variação implícita ao OER/2012 tem por referência a execução provisória de 2011, publicada na síntese de execução orçamental de março de 2012. (*) Os ajustamentos efetuados encontram-se especificados na Tabela 2.

¹ De acordo com a estimativa rápida para o PIB, recentemente divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), a queda foi de 0,1% face ao trimestre anterior, bastante inferior à esperada pela Comissão Europeia (-1%). Recorde-se que, no 4.º trimestre de 2011, o PIB havia recuado 1,3% em cadeia.

² Note-se que o contributo da procura interna para a variação homóloga do PIB no 1.º trimestre (-6,4 p.p.) terá ficado relativamente em linha com o previsto para 2012 no Documento de Estratégia Orçamental 2012-16.

³ O défice orçamental do conjunto das administrações públicas ascendeu a 1448 M€ até maio de 2012. No OER/2012 encontra-se previsto um défice orçamental de 6193 M€ para o conjunto do ano.

⁴ Com efeito, a redução do défice no mês de maio de 2012 foi de 202 M€, enquanto que no mês homólogo de 2011 se tinha registado uma diminuição de 538 M€.

Informação técnica da UTAO n.º 13/2012

Baseado na Síntese de Execução Orçamental da DGO de 22 de junho de 2012 e sistemas aplicacionais da DGO. Valores na ótica da Contabilidade Pública. www.parlamento.pt/sites/COM/XIILEG/5COFAP/Paginas/RelatoriosActividade.aspx

4 Excluindo o impacto de fatores específicos, o déficit da administração central e segurança social ficou relativamente em linha com o registado no período homólogo. De maneira a tornar os dados mais comparáveis com o período homólogo, foram excluídos da presente análise alguns fatores de caráter específico. Na tabela seguinte apresentam-se os fatores mais relevantes e de montante mais expressivo, cujo efeito líquido (negativo) no saldo global foi de 1481 M€. Excluindo esse efeito, a deterioração do saldo global da administração central e segurança social teria sido de apenas 22 M€.

Tabela 2 - Ajustamentos ao saldo global da administração central e segurança social (em milhões de euros)

Subsetor	2011	2012	Variação homóloga
Saldo global não ajustado	-194	-1 698	-1 504
(-) Fundos Pensões da PT	SFA	300	
(-) Antecip. dividendos (*)	Estado	132	
(-) Juros em duodécimos	Estado	1 644	1 482
(-) Ent. Públicas Recl. classif.	SFA		-460
(-) Concessão da 4G	SFA		272
(-) Fundos Pensões do BPN	SFA		97
(+) Pensões dos bancários	Estado		223
(+) Contrib. Fin. para U.E. (**)	Estado	-114	-339
(+) Transf. OE para RTP	Estado		348
Efeito total dos ajustamentos	-1 961	-480	1 481
Saldo global ajustado	-2 155	-2 178	-22

Fonte: DGO e cálculos da UTAO. | Notas: (*) apesar do efeito de base decorrente da antecipação dos dividendos já ter começado a diluir-se com a execução de maio, este ajustamento foi mantido porque o seu impacto ainda não terá ocorrido na totalidade; a explicação de cada um dos ajustamentos efetuados consta das informações técnicas da UTAO n.º 5, n.º 8 e n.º 11/2012, com exceção do respeitante à contribuição financeira para a União Europeia (**). O motivo deste ajustamento prende-se com o caráter irregular do pagamento daquela contribuição: até maio de 2012 foram pagos mais 175 M€ do que no período homólogo, o que compara com uma diminuição de 121,7 M€ prevista para o conjunto do ano. O ajustamento consistiu na imputação (em 2011 e 2012) do diferencial que resultaria caso a execução daquela contribuição fosse efetuada em regime duodecimal.

5 Em termos ajustados, a redução do déficit do Estado foi insuficiente para compensar a diminuição do excedente da segurança social. Com efeito, a diminuição do excedente da segurança social (em 428 M€) veio confirmar que a execução orçamental deste subsetor continua a constituir um dos principais riscos para o cumprimento das metas definidas para 2012: por um lado, a diminuição da receita proveniente de contribuições sociais (-3,1%)⁵, que se acentuou em 0,3 p.p. face à registada até abril, compara desfavoravelmente com o objetivo implícito ao OER/2012 (-1,1%); por outro lado, a despesa com prestações sociais (excluindo pensões do regime substitutivo bancário) aumentou 5,1%, situando-se 3,9 p.p. acima do acréscimo implícito ao OER/2012.⁶ A evolução negativa do saldo deste subsetor não foi suficientemente compensada pela diminuição do déficit da administração central em 405 M€, dos quais 392 M€ respeitantes ao Estado.

⁵ Considerando o universo da administração central e segurança social, a receita proveniente de "contribuições para a segurança social, CGA e ADSE" diminuiu 2,1%, tendo acentuado (em 0,5 p.p.) a deterioração verificada até abril (ver Gráfico 3). Note-se que esta rubrica deverá ainda vir a sofrer um impacto negativo a partir do momento em que se efetivar a suspensão/redução dos subsídios de férias e de Natal.

⁶ Embora ainda sem o efeito da suspensão/redução dos subsídios de férias e de Natal dos pensionistas.

Tabela 3 - Saldo global ajustado da administração central e segurança social (em milhões de euros)

Subsetor	2011	2012	Variação Homóloga
1. Estado	-3 680	-3 287	392
2. Serviços e Fundos Autónomos	781	794	13
3. Administração Central (1+2)	-2 899	-2 493	405
4. Segurança Social	743	315	-428
5. Adm. Central + Seg. Social (3+4)	-2 155	-2 178	-22

Fonte: DGO e cálculos da UTAO. | Notas: (*) os valores do subsetor Estado diferem dos que se apresentam no respetivo capítulo, por corresponderem a uma análise consolidada da administração central e segurança social; os ajustamentos efetuados estão identificados na Tabela 2.

6 A meta traçada para a receita fiscal em 2012 encontra-se seriamente comprometida devido ao comportamento desfavorável dos impostos indiretos.

Nos primeiros cinco meses, a quebra da receita fiscal ajustada ascendeu a 360 M€ (-2,6%). Assim, para que se cumpra o objetivo definido para o corrente ano, será necessário que, entre junho e dezembro de 2012, este agregado venha a registar uma melhoria homóloga de 1477 M€ (+6,9%). Esta maior exigência deve-se ao fraco desempenho dos impostos indiretos, cuja quebra até maio ascendeu a 509 M€ (-5,7%). Ainda que se possa admitir uma melhoria no comportamento dos impostos indiretos ao longo dos próximos meses (decorrente do aumento das taxas de IVA), não é de esperar que esta seja suficiente para atingir o objetivo anual (+8,1%). Com efeito, isso implicaria que, entre junho e dezembro, a receita daqueles impostos registasse uma recuperação extremamente significativa, correspondente a um aumento homólogo de 2166 M€ (+18,9%). No que diz respeito à receita proveniente dos impostos diretos, esta tem evoluído de forma mais favorável que o previsto (embora beneficiando de uma forte diminuição dos reembolsos do IRS), ainda que isso não seja suficiente para compensar o comportamento negativo dos impostos indiretos. Aliás, note-se que em maio o aumento dos impostos diretos foi menos acentuado, não sendo ainda evidente qual será o seu comportamento nos próximos meses, na medida em que ainda se farão sentir os efeitos (com impactes de sinal contrário) decorrentes de diversas medidas previstas no OE/2012.

Tabela 4 - Decomposição da receita fiscal (ajustada) da administração central e segurança social (em milhões de euros)

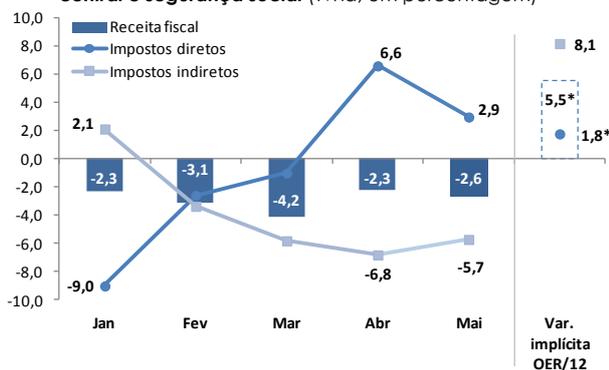
	Imp. diretos	Imp. indiretos	Receita fiscal
Exec. 2011*	15 009	20 336	35 345
OER/12	14 469	21 993	36 461
Var. implícita	-541	1 657	1 117
Jan-Mai 2011	5 055	8 889	13 944
Jan-Mai 2012	5 204	8 380	13 584
VH até Maio	149	-509	-360
Jun-Dez 2011	9 954	11 447	21 401
Jun-Dez 2012**	9 264	13 613	22 877
VH Jun-Dez	-690	2 166	1 477

Fonte: DGO e cálculos da UTAO. | Notas: os ajustamentos efetuados consistiram em retirar, à execução até maio de 2011, o montante resultante da antecipação da distribuição de dividendos (impostos diretos), bem como, em 2012, a execução orçamental das EPR (impostos indiretos); (*) execução provisória de 2011, publicada na síntese de execução orçamental de março de 2012; (**) execução orçamental que será necessária para que se cumpram as previsões efetuadas no âmbito do OER/2012.

7 A quebra homóloga da receita fiscal (ajustada) voltou a acentuar-se, na sequência de um abrandamento do crescimento dos impostos diretos. Em termos ajustados, a receita fiscal da administração central e segurança social diminuiu 2,6%, mais 0,3 p.p. face à redução verificada até abril (aumentando assim o desvio face ao objetivo

ajustado, implícito ao OER/2012: +5,5%⁷) – ver Gráfico 2. Esta evolução mais negativa deveu-se ao facto do crescimento da receita dos impostos diretos ter abrandado face ao mês anterior (a taxa reduziu-se em 3,6 p.p.).⁸ Efetivamente, excluindo o efeito de base decorrente da antecipação de dividendos, a receita do IRC registou uma significativa redução homóloga em maio, decorrente de uma menor receita resultante da autoliquidação daquele imposto e de retenções na fonte. Assim, a receita proveniente da cobrança de impostos diretos até maio aumentou 2,9%, o que compara favoravelmente com o crescimento de 1,8%, implícito no OER/2012.⁹ Por outro lado, a diminuição homóloga da receita de impostos indiretos foi menos acentuada (passando de -6,8% até abril, para -5,7% até maio, variação esta que contrasta com a previsão de um aumento de 8,1% em 2012).¹⁰

Gráfico 2 – Evolução da receita fiscal (ajustada) da administração central e segurança social (Tvha, em percentagem)



Fonte: DGO e cálculos da UTAO. | Notas: variações acumuladas; os ajustamentos efetuados aos dados de execução consistiram em retirar, em 2011, o montante resultante da antecipação da distribuição de dividendos (131,6 M€ em impostos diretos), bem como a execução orçamental das EPR em 2012 (283,8 M€ em impostos indiretos); a variação ajustada implícita ao OER/2012 exclui o efeito de base associado à introdução da sobretaxa extraordinária em sede de IRS (790 M€ em 2011), tendo por referência a execução provisória de 2011, publicada na síntese de execução orçamental de março de 2012.

8 A despesa corrente primária da administração central e segurança social (excluindo EPR) diminuiu 0,2% em termos homólogos, infletindo o acréscimo registado até abril.

Por um lado, essa inversão é explicada pelo facto da redução homóloga acumulada da despesa corrente primária do Estado e dos SFA se ter acentuado (em 1 p.p., em ambos os casos). Por outro lado, o aumento da despesa corrente primária da segurança social (+5,9%)¹¹ foi menos acentuado do que o registado até abril (+7,5%). Apesar da diminuição ocorrida até maio no âmbito da administração central e segurança social, sem EPR (-40 M€, correspondente a -0,2% - ver Tabela 5) se situar aquém da implícita para o conjunto do ano (-425 M€ sem EPR, equivalente a -0,7%)¹² – ver Gráfico 3), há que ter

⁷ Excluindo EPR e o efeito de base associado à introdução da sobretaxa extraordinária em sede de IRS (790 M€ em 2011). Não excluindo o referido efeito de base, o objetivo implícito da receita fiscal da administração central e segurança social seria de +3,2%.

⁸ Refira-se que, tipicamente, a receita de IRC até abril é pouco representativa.

⁹ Variação implícita excluindo o efeito de base associado à introdução da sobretaxa extraordinária em sede de IRS (790 M€ em 2011), uma vez que não se encontra prevista uma receita semelhante em 2012. Caso este efeito não fosse excluído, o objetivo implícito da receita proveniente de impostos diretos seria de um aumento de 1,8%, em vez de uma diminuição 3,6% face ao ano anterior.

¹⁰ Em termos acumulados, a perda da receita de impostos indiretos ascendeu a 509 M€, não obstante a receita de IVA ter passado a refletir de forma integral o efeito da medida de racionalização da estrutura das taxas de IVA.

¹¹ Excluindo o pagamento das pensões de velhice do regime substitutivo bancário, a despesa corrente primária da segurança social teria aumentado 3,4% (ao invés de 5,9%) e a do conjunto da administração central e segurança social teria diminuído 1,2% (em vez de 0,2%).

¹² Variação calculada tendo por referência a conta consolidada da administração central e segurança social de 2011, publicada na síntese de

presente que algumas medidas de contenção orçamental do lado da despesa apenas começarão a produzir efeitos nos próximos meses, nomeadamente a relativa à redução/suspensão dos subsídios de férias e de Natal.

Tabela 5 – Variação homóloga acumulada da despesa corrente primária, por subsector (sem EPR)

(em milhões de euros e em percentagem)

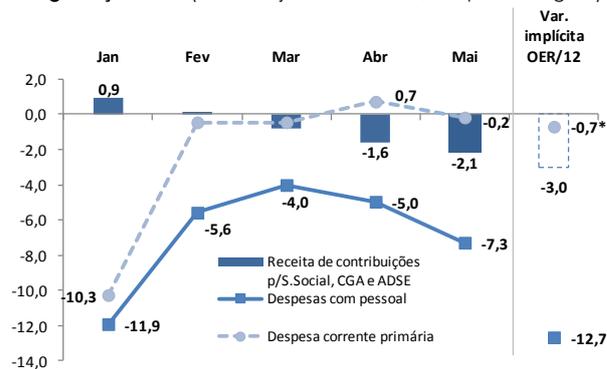
Subsector	Abril		Maio	
	M€	%	M€	%
1. Estado	-337	-2,8	-575	-3,7
2. SFA (sem EPR)	-165	-2,6	-290	-3,6
3. Segurança Social	519	7,5	520	5,9
4. Elementos de consolidação	-112	-1,5	-304	-3,2
5. Adm. Central e Seg. Social (1+2+3-4)	129	0,7	-40	-0,2

Fonte: DGO e cálculos da UTAO. | Nota: valores acumulados.

9 A redução das despesas com pessoal da administração central e segurança social (excluindo EPR) acentuou-se pelo segundo mês consecutivo.

Excluindo as EPR, nos primeiros cinco meses as despesas com pessoal diminuíram cerca de 360 M€ (-7,3%). Não obstante estar influenciada por alguns fatores com impactes de sinal contrário que influenciaram as variações homólogas intra- anuais (ver nota do Gráfico 3), a evolução até maio reforçou a perceção de que a redução de cerca de 1700 M€ (-12,7%), implícita no OER/2012 poderá vir a ser superada, caso se concretize a estimativa de poupança resultante da suspensão/redução dos subsídios de férias e de Natal dos funcionários públicos (1800 M€), cujo efeito se fará sentir sobretudo nos meses de junho e novembro.¹³

Gráfico 3 – Tvha da receita de contribuições, das despesas com pessoal e da despesa corrente primária da administração central e segurança social (valores ajustados de EPR, em percentagem)



Fonte: DGO e cálculos da UTAO. | Notas: variações acumuladas; (*) variação calculada tendo por referência a conta consolidada da administração central e segurança social de 2011, publicada na síntese de janeiro de 2012 (a conta provisória foi posteriormente atualizada na síntese de março de 2012, mas apenas para o universo das administrações públicas); os ajustamentos efetuados consistiram na exclusão das EPR; as taxas de variação homóloga das despesas com pessoal encontram-se influenciadas pelos seguintes fatores com impactes de sinal contrário: i) reporte incompleto das despesas com pessoal da ARS Norte até abril de 2011; ii) alterações do universo, resultantes da integração de 7 estabelecimentos de saúde no setor empresarial do Estado, a partir de abril de 2011 (inclusive) e de outros 3 a partir do início de 2012; e, iii) reclassificação dos encargos com saúde suportados pela ADSE (que a partir do corrente ano, passaram a ser contabilizadas como "aquisição de bens e serviços").¹⁴

janeiro de 2012. A conta provisória foi posteriormente atualizada na síntese de março de 2012, mas apenas para o universo das administrações públicas. A UTAO solicitou à DGO a disponibilização dos dados atualizados da conta provisória da administração central e segurança social mas não obteve resposta até à presente data.

¹³ A UTAO solicitou à DGO a decomposição dos motivos que explicam a redução das despesas com pessoal (aposentações, saídas de trabalhadores, entre outros), não tendo recebido uma resposta até à data.

¹⁴ A UTAO pretendia analisar a evolução da despesa da administração central e segurança social com a "aquisição de bens e serviços", colocando-a em perspetiva com a variação implícita ao OER/2012. Tendo em conta que os dados relativos a este agrupamento têm vindo a ser publicados de forma agregada com as "outras despesas correntes", a UTAO solicitou a necessária individualização à DGO (email de 18 de junho), não tendo recebido qualquer resposta até à presente data. Essa ausência de resposta inviabilizou a referida análise na presente informação técnica.

10 No período de janeiro a maio de 2012, o défice do Estado deteriorou-se face ao período homólogo. Com efeito, o défice deste subsector cifrou-se em 2716 M€, o que representa um agravamento de 697 M€ face a igual período do ano anterior, embora o mesmo se encontre influenciado por um conjunto de fatores específicos e ainda não reflita totalmente o efeito das medidas de consolidação orçamental previstas no OE/2012.

Tabela 6 – Execução orçamental do subsector Estado
(em milhões de euros e em percentagem)

	Milhões de Euros		Variação 2011/2012		OER2012 (em M.€)	Por memória: Tx. Cresc. OER2012 (%)
	2011	2012	Tvha (%)	Contr. p/ tvha (p.p.)		
1. Receita Corrente	14 944,7	14 585,5	-2,4	-2,4	38 705,7	2,1
Receitas fiscais	13 577,3	13 097,4	-3,5	-3,2	35 135,5	2,6
Impostos Diretos -dos quais:	5 167,3	5 182,0	0,3	0,1	14 449,0	-3,6
IRS	2 965,5	3 331,1	12,3	2,4	9 539,9	-2,6
IRC	2 154,0	1 819,2	-15,5	-2,2	4 859,1	-5,4
Impostos Indiretos -dos quais:	8 410,0	7 915,4	-5,9	-3,3	20 686,5	7,4
ISP	959,9	879,2	-8,4	-0,5	2 261,0	-2,1
IVA	5 883,9	5 719,2	-2,8	-1,1	14 503,0	11,6
ISV	314,3	164,5	-47,7	-1,0	586,0	-6,5
I. Tabaco	463,2	396,4	-14,4	-0,4	1 482,6	2,5
Imposto do selo	636,4	594,7	-6,6	-0,3	1 397,0	-5,8
Receitas correntes não fiscais	1 367,4	1 488,1	8,8	0,8	3 570,2	-2,8
2. Receita de Capital -da qual:	232,2	237,1	2,1	0,0	3 340,6	-7,7
3. Receita Efetiva (1+2)	15 176,9	14 822,6	-2,3	-2,3	42 046,3	-1,2
4. Despesa Corrente Primária -da qual:	15 366,4	14 791,6	-3,7	-3,3	38 313,9	-3,1
Despesas com o pessoal	3 775,0	3 503,1	-7,2	-1,6	8 813,3	-14,4
Remunerações Certas e Perman.	2 898,0	2 703,2	-6,7	-1,1	6 831,2	-12,7
Segurança Social	703,4	653,1	-7,2	-0,3	1 564,8	-23,0
Aquisição bens e serviços correntes	567,5	527,0	-7,1	-0,2	1 890,9	4,0
Transferências correntes, das quais:	10 717,1	10 512,4	-1,9	-1,2	26 498,0	0,8
Administrações Públicas	9 449,1	9 212,4	-2,5	-1,4	24 087,6	2,5
Administração Central	5 829,6	5 524,2	-5,2	-1,8	15 264,1	2,9
Subsídios	88,6	23,6	-73,3	-0,4	304,1	-49,5
5. Despesa de Capital, da qual:	956,3	1 174,7	22,8	1,3	2 678,0	-15,1
Transferências de capital	826,0	1 093,7	32,4	1,6	2 171,9	-19,8
Administrações Públicas	772,8	1 030,9	33,4	1,5	1 978,9	12,8
Administração Central	154,1	455,8	195,8	1,8	665,9	73,0
6. Despesa Primária (4+5)	16 322,7	15 966,3	-2,2	-2,1	40 991,8	-4,0
7. Juros e outros encargos	872,8	1 572,2	80,1	4,1	7 329,8	21,4
8. Despesa Efetiva (6+7)	17 195,5	17 538,5	2,0	2,0	48 321,6	-0,8
9. Saldo Primário (3-6)	-1 145,8	-1 143,7	0,2	0,2	1 054,5	0,2
10. Saldo Global (3-8)	-2 018,6	-2 715,9	-6,9	-3,3	-6 275,3	-3,3
Ajustamentos efetuados:						
A. Receita ajustada do efeito base relativo à distribuição dos dividendos (IRC). Objectivos OER/2012 (*)						
1A. Receita Corrente, da qual:	14 813,1	14 585,5	-1,5	-1,5	38 705,7	4,6
Receitas fiscais	13 445,7	13 097,4	-2,6	-2,3	35 135,5	5,4
Impostos Diretos -dos quais:	5 035,7	5 182,0	2,9	1,0	14 449,0	2,8
IRS	2 965,5	3 331,1	12,3	2,4	9 539,9	5,9
IRC	2 022,4	1 819,2	-10,0	-1,4	4 859,1	-2,9
3A. Receita Efetiva (1A+2)	15 045,3	14 822,6	-1,5	-1,5	42 046,3	5,4
B. Despesa ajustada de: i) parte transf. de capital para RTP; ii) Juros						
5B. Despesa de Capital, da qual:	956,3	971,6	1,6	0,1	2 678,0	-15,1
Transferências de capital	826,0	890,6	7,8	0,3	2 171,9	-19,8
Administrações Públicas	772,8	827,7	7,1	0,3	1 978,9	12,8
Administração Central	154,1	252,7	64,0	0,5	665,9	73,0
7B. Juros e outros encargos em duodécimos	2 516,3	3 054,1	21,4	2,9	7 329,8	21,4
8B. Despesa Efetiva (4+5B+7B)	18 839,0	18 817,3	-0,1	-0,1	48 321,6	-0,8
10B. Saldo Global (3A-8B)	-3 793,7	-3 994,7	-20,1	-5,1	-6 275,3	-3,3

Fonte: DGO e cálculos da UTAO.

Nota: As taxas de crescimento implícitas no OER/2012 foram calculadas tendo por referência o OER/2012 aprovado e a execução orçamental de 2011. Os dados utilizados de 2011 referem-se aos valores publicados na Síntese da Execução Orçamental da DGO, em janeiro de 2012, por este conter informação mais detalhada do que a informação publicada em março de 2012.

(*) Objectivos do OER/2012, excluindo a transferência dos fundos do setor bancário, a sobretaxa em sede de IRS e o efeito de base em IRC decorrente da antecipação generalizada da distribuição de dividendos.

11 Caso se excluam os efeitos dos fatores específicos, o saldo global do Estado registaria uma deterioração homóloga menor (201 M€), ficando ainda assim bastante aquém da melhoria implícita do OER/2012 (958 M€). Para efeitos de comparação ajustada excluiu-se:

- o efeito de base decorrente da antecipação generalizada da distribuição de dividendos, ocorrida em dezembro de 2010, com impacto na receita em sede de IRC em janeiro de 2011¹⁵ (131,6 M€);
- parte da transferência de capital do OE já realizada para a RTP, S.A. (348,2 M€), assumindo que essa

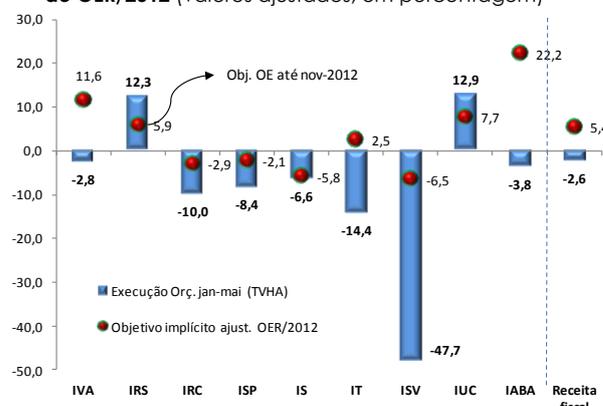
transferência seria realizada numa base duodecimal e não integralmente no início do ano;¹⁶

- o montante efetivo de juros e outros encargos, considerando-se, em alternativa, que os mesmos seriam pagos numa base duodecimal, de forma a suavizar o efeito do pagamento destes tipo de encargos na despesa efetiva.

12 Em termos ajustados, a diminuição homóloga da receita efetiva contrasta com o crescimento implícito no OER/2012. A redução da receita efetiva em 1,5% (-2,3%, em termos não ajustados) situou-se 6,9 p.p. abaixo do crescimento (ajustado) implícito no OER/2012 (5,4%). Convém salientar que essa redução deveu-se essencialmente ao contributo negativo da receita fiscal (2,3 p.p.), parcialmente anulado pelo aumento da receita corrente não fiscal (contributo de 0,8 p.p.).

13 A quebra homóloga acumulada da receita fiscal (ajustada) diverge consideravelmente do crescimento implícito (ajustado) do OE/2012, tendo-se inclusivamente acentuado face à registada no final do mês anterior. Com efeito, a diminuição da receita fiscal em 2,6% contrasta com o crescimento implícito no OER/2012 (5,4%), devendo-se este comportamento à evolução desfavorável dos principais impostos, com exceção do Imposto Único de Circulação – ver Gráfico 4. Para além do efeito de base referido no ponto 11, a receita fiscal encontra-se ainda influenciada por um conjunto de fatores, com especial destaque para: i) a quebra da atividade económica, com reflexos ao nível do emprego e do consumo privado; ii) o desfasamento na cobrança de alguns impostos; iii) o desfasamento nos reembolsos do IRS; e, iv) o desfasamento na publicação das novas tabelas de retenção do IRS (Despacho n.º 2075-A/2012, de 13 de fevereiro).

Gráfico 4 – Execução da receita fiscal vs objetivos Implícitos do OER/2012 (valores ajustados, em percentagem)



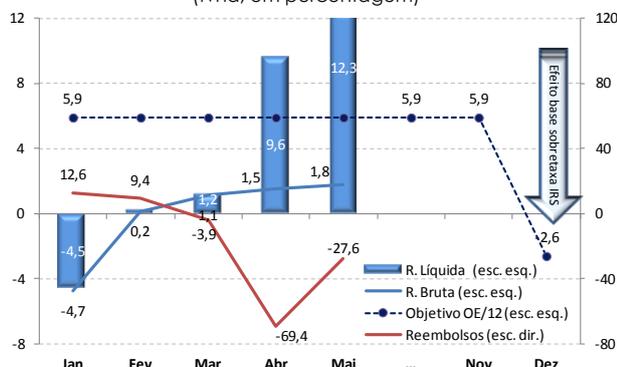
Fonte: DGO e cálculos da UTAO.

14 A aceleração na taxa de crescimento (acumulada) do IRS revela-se ainda insuficiente para atingir o objetivo implícito (ajustado) do OER/2012 (5,9%). Convém salientar que, apesar de ter registado uma melhoria significativa na receita líquida do IRS, a mesma deveu-se, em grande parte, ao desfasamento/diminuição no pagamento de reembolsos, já que a receita bruta registou apenas uma ligeira aceleração refletindo a atualização das tabelas de retenção na fonte. Excluindo o efeito (isolado) de um menor pagamento de reembolsos, a receita (líquida) de

¹⁵ Tipicamente a distribuição de dividendos em Portugal ocorre nos meses de abril a junho, afetando a receita proveniente de retenções na fonte do IRC com um mês de desfasamento. Na execução orçamental de junho, a UTAO considera que este efeito de base se encontrará praticamente diluído, pelo que o mesmo deixará de ser considerado nas comparações homólogas.

IRS teria crescido 2% ao invés de 12,3%, situando-se bastante aquém do objetivo implícito (ajustado) do OER/2012 (5,9%)¹⁷. Caso o montante acumulado de reembolsos em junho/julho venha a ser semelhante ao do período homólogo, a receita líquida do IRS no final do ano poderá vir a revelar-se insuficiente para cumprir o objetivo inscrito no OE/2012, uma vez que, entretanto, a medida de suspensão/redução dos subsídios de férias e de natal irá prejudicar a cobrança deste imposto – ver Gráfico 5.

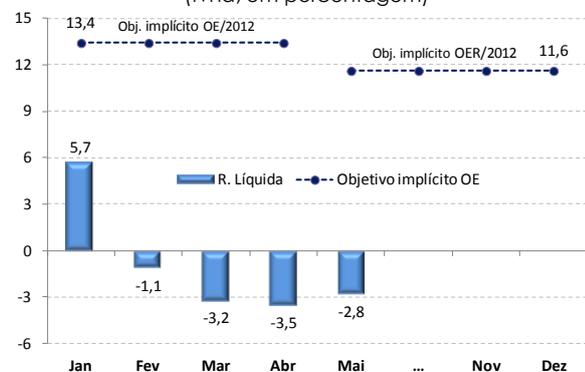
Gráfico 5 – Evolução da receita do IRS em 2012
(tvha, em percentagem)



Fonte: DGO e cálculos da UTAO. Ver nota de rodapé n.º 17.

15 A receita líquida do IRC no final do ano deverá igualmente vir a situar-se aquém do objetivo inscrito no OER/2012. Uma vez que a autoliquidação do IRC¹⁸, ocorrida em maio, não permitiu inverter a evolução negativa da receita líquida deste imposto, a qual reflete a quebra da atividade económica nos lucros das empresas, projeta-se que a receita deste imposto no final do ano se venha a situar abaixo do objetivo inscrito no OER/2012.

Gráfico 6 – Evolução da receita do IVA em 2012
(tvha, em percentagem)



Fonte: DGO e cálculos da UTAO. Nota: O OER/2012 veio reduzir o objetivo do IVA em 238,6 M€, o que veio diminuir a taxa de crescimento implícita deste imposto para 11,6%.

16 Apesar da receita líquida do IVA já refletir o efeito integral da medida de racionalização da estrutura das taxas para o 1.º trimestre, este imposto evidencia um desvio significativo face ao objetivo implícito no OER/2012, o que inviabiliza o seu cumprimento. Com efeito, não obstante a receita líquida do IVA já refletir o efeito integral da medida de racionalização da estrutura das taxas do IVA prevista no OE/2012¹⁹, a taxa de variação homóloga

acumulada da receita líquida do IVA permanece negativa (2,8%), encontrando-se 14,4 p.p. abaixo do objetivo implícito do OER/2012 (11,6%) – ver Gráfico 6. Para este resultado contribuiu quer a diminuição da receita bruta (em 1,2%) quer o aumento dos reembolsos (em 4,4%). Será de esperar uma recuperação gradual da receita bruta do IVA, embora insuficiente para atingir o objetivo inscrito no OER/2012.

17 Embora o objetivo implícito para o ISV tenha sido fortemente revisto em baixa no âmbito do OER/2012, no final de 2012 a receita deste imposto também deverá ficar bastante aquém daquele objetivo. Com efeito, o ISV registou, no período em análise, uma quebra homóloga de 47,7%, o que representa um desvio de 41,2 p.p. face ao novo objetivo implícito no OER/2012 (-6,5%). Esta evolução negativa reflete a forte quebra na procura de veículos desde o início do ano, não se perspetivando alterações significativas no segundo semestre que permitam anular esta evolução negativa até ao final do corrente ano.

18 A receita corrente não fiscal registou um crescimento significativo, que contrasta com a redução implícita no OER/2012. A receita corrente não fiscal registou um crescimento de 8,8% devido, em grande medida, ao aumento dos "Prémios e taxas por garantias de riscos" (58 M€), incluídos no capítulo das "Outras receitas correntes", das "Comparticipações para a ADSE e outras" (36 M€) e "Venda de bens e serviços correntes" (33 M€), encontrando-se assim acima do objetivo implícito do OER/2012 (-2,8%). Embora a receita acumulada de "Rendimentos de propriedade" se tenha mantido sensivelmente ao nível da registada em igual período do ano anterior, saliente-se a alteração na sua composição. Com efeito, a perda de receita proveniente de dividendos em 142,2 M€ (sendo de destacar a menor distribuição de dividendos do Banco de Portugal, embora seja de assinalar que estes nem sequer se encontravam previstos no OE/2012)²⁰, foi compensada por um aumento dos juros recebidos em resultado de empréstimos concedidos a várias sociedades públicas não financeiras (144,2 M€).

19 O crescimento da despesa efetiva do Estado desacelerou face ao mês anterior, apesar deste continuar a ser penalizado pela transferência de capital para a RTP e pelo maior pagamento de juros e outros encargos. A exceção integral (nos dois primeiros meses do ano) da dotação destinada à transferência de capital para a RTP, S.A. no montante de 348,2 M€ (com um contributo de 2 p.p. para o aumento da despesa efetiva em 2%) e o aumento da despesa com juros e outros encargos (com um contributo de 4,1 p.p.), mais do que anularam a redução da despesa corrente primária (em -3,3 p.p.). A despesa efetiva teria diminuído 0,1% (ao invés de ter aumentado 2%)²¹, caso a referida transferência para a RTP e o pagamento dos juros tivessem sido efetuados numa base duodecimal nos anos 2011 e 2012. Em ambos os casos, a evolução da despesa compara desfavoravelmente com o objetivo implícito no OER/2012 (-0,8%) – ver Tabela 6. Contudo, é de realçar que a

¹⁷ Saliente-se que, até novembro do corrente ano, o objetivo da receita líquida do IRS implícito no OER/2012 é de um crescimento de 5,9% passando, em dezembro de 2012, a uma redução de 2,6%, tendo presente que a receita de dezembro de 2011 incluí a sobretaxa do IRS (avaliada em 790 M€).

¹⁸ Este pagamento deverá ocorrer até 31 de maio, decorrente da entrega da declaração periódica de rendimentos modelo 22 pelas entidades sujeitas a IRC, cujo período de tributação seja coincidente com o ano civil.

¹⁹ Recorde-se que, desde o mês de fevereiro, a receita do IVA já beneficia do pleno efeito da medida de aumento das taxas do IVA da eletricidade e do gás natural que ocorreu no quarto trimestre de 2011. No mês de maio de

2012, a receita do IVA inclui o impacto da medida de reestruturação das taxas do IVA referente ao 1.º trimestre de 2012.

²⁰ A perda de receita proveniente de dividendos face ao período homólogo se encontrava prevista no OE/2012 (52 M€ face a 240 M€ executada em 2011).

²¹ A transferência de capital para a RTP, S.A. destinou-se à amortização de empréstimos bancários junto do DEPFA Bank. Mesmo considerando esta transferência de capital numa base duodecimal, a despesa de capital aumentaria 1,6% em termos homólogos, bastante acima do objetivo implícito do OER/2012 (-15,1%).

principal medida de consolidação da despesa (suspensão/redução dos subsídios de férias e de Natal) só se fará sentir a partir de junho e de novembro, respetivamente.

20 A despesa com juros e outros encargos continua a evidenciar um crescimento homólogo muito significativo.

O pagamento do cupão anual (225 M€) de uma nova emissão de obrigações do tesouro ocorrida em fevereiro de 2011, o aumento dos encargos com juros de bilhetes do tesouro (140 M€) e o pagamento de juros com empréstimos da U.E. (190 M€) e do FMI (90 M€), justificam em grande medida o aumento em 80,1% dos juros e outros encargos em termos homólogos (699 M€). Saliente-se que a atual taxa de crescimento situa-se 58,8 p.p. acima da que se encontra implícita no OER/2012 (21,4%), passando agora a Síntese de Execução Orçamental da DGO a referir o facto de a "...atual carteira da dívida pública ter uma concentração de pagamentos em junho e outubro" (pág. 12).

21 A diminuição da despesa corrente primária encontra-se acima do objetivo implícito no OER/2012, mas esta comparação encontra-se influenciada pelo facto do recente reforço das transferências para o SNS ainda não ter tido reflexo na execução.

Em termos homólogos acumulados, a despesa corrente primária registou uma quebra de 3,7%, passando a estar acima do objetivo implícito no OER/2012 (-3,1%). Todavia, recorde-se que o novo objetivo implícito (mais favorável) estabelecido aquando da apresentação da 1.ª alteração do OE/2012, passou a contemplar o reforço da dotação orçamental relativa a transferências correntes para o SNS de 1700 M€ (subsetor SFA)²². Neste âmbito, assinala-se que a atual taxa de variação homóloga acumulada da despesa corrente primária beneficiou do facto desta última medida (aprovada em maio) ainda não ter tido reflexo na execução de maio do corrente ano. De acordo com a intervenção do Ministro de Estado e das Finanças, por ocasião da apresentação do quarto exame trimestral do PAEF, uma parte significativa dos pagamentos em atraso será reduzida no 3.º trimestre, sendo espetável que somente a partir desse trimestre haja uma execução substancial das transferências destinadas ao SNS.

22 A despesa corrente primária reduziu-se essencialmente devido à diminuição das despesas com o pessoal e a menores transferências para os SFA.

As despesas com o pessoal e as transferências correntes contribuíram respetivamente com 1,6 e 1,2 p.p. para a redução da despesa efetiva ajustada (-0,1%). A quebra da despesa com o pessoal (em 7,2%) deveu-se sobretudo à diminuição de remunerações certas e permanentes (-6,7%)²³ e a menores encargos com os subsistemas de saúde (-32,1%)²⁴. No que se refere às transferências correntes saliente-se a diminuição das destinadas: aos SFA (-303,1 M€) e à AdL (-50,8 M€). Em sentido contrário, as transferências correntes para a segurança social aumentaram 4,3% para dar cobertura ao pagamento das

(novas) responsabilidades com as pensões do setor bancário, acréscimo esse que mais que compensou a redução em 3,7% de transferências do OE ao abrigo da Lei de Bases da Segurança Social. Como já foi referido, o efeito neste agrupamento de despesa decorrente da suspensão/redução dos subsídios de férias e de Natal só se fará sentir a partir de junho e novembro, respetivamente.

Serviços e Fundos Autónomos

23 A execução orçamental dos SFA até maio (excluindo as EPR) traduziu uma melhoria homóloga do seu excedente.

Em termos não ajustados, os SFA apresentaram um excedente orçamental de 1163,1 M€, mais 81,9 M€ que em idêntico período do ano anterior. Este resultado foi alcançado por via de uma redução de despesa (-341,7 M€) que mais do que compensou o decréscimo da receita (-259,7 M€), facto que é também observável no diferencial favorável de 3,3 p.p. ao nível dos respetivos graus de execução. Para este resultado, muito contribuiu a execução orçamental do SNS, quer ao nível da receita (contributo de -3,4 p.p. para a redução da receita dos SFA), quer da despesa (-3,7 p.p. para a redução da despesa dos SFA), com destaque para a redução da receita proveniente de transferências correntes do OE destinadas ao SNS (-355,6 M€) e a diminuição da despesa do SNS com a aquisição de bens e serviços (-267,9 M€), em resultado das medidas de consolidação orçamental implementadas.²⁵

24 Na ótica de compromissos o défice do SNS agravou-se face ao período homólogo.

Até ao fim de maio, o SNS registou um défice de 95,1 M€ em contabilidade pública, o que compara com 105,2 M€ verificado no período homólogo. Contudo, na ótica de compromissos, o SNS apresentou um défice de 167,4 M€, traduzindo uma degradação homóloga de 130,5 M€.²⁶ Este resultado negativo reflete a redução de transferências do OE no âmbito do financiamento do sistema de saúde (contributo de -3,7 p.p. para a variação das transferências correntes dos SFA, excluindo as EPR), sendo que o recente reforço das transferências para o SNS (1700 M€) ainda não teve reflexo na execução.

25 Em termos ajustados, no mês de maio inverteu-se a evolução desfavorável do saldo global dos SFA, registada até ao final do mês de abril.

Até maio, o saldo global ajustado dos SFA ascendeu a 794,4 M€, apresentando agora um acréscimo de 13,2 M€ face ao verificado em igual período do ano anterior (no final de abril o saldo global dos SFA registava uma degradação homóloga de 20,5 M€). As operações pontuais excluídas no âmbito do ajustamento representam um impacto sobre a receita de capital em 2011 (-300 M€) e, em 2012, sobre a receita corrente (-272 M€) e de capital (-96,7 M€), o que se traduziu numa redução homóloga da receita efetiva ajustada de 3,6% (em vez de 2,7%).

²² Este reforço destina-se à "regularização de dívidas respeitantes a anos anteriores (1500 M€)" e para dar cobertura "ao défice para 2012 do SNS previsto em sede de aprovação do Orçamento do Estado, por forma a não avolumar o nível de dívida não financeira do subsetor da saúde (200 M€)".

²³ De acordo com o Boletim da DGO, a redução da despesa com remunerações certas e permanentes (RCP) apresenta maior expressão no Ministério da Educação e Ciência, traduzindo a redução de efetivos das escolas de ensino não superior. Ainda que não esteja refletido o efeito da suspensão/redução dos subsídios de férias e de Natal, será necessária uma redução muito significativa até ao final do ano para que se cumpra aquele objetivo (redução das RCP de -12,7%).

²⁴ De referir ainda que, em 2012, a contabilização desta despesa passou a ser efetuada na rubrica "outros serviços de saúde" do agrupamento económico de "aquisição de bens e serviços".

²⁵ A redução verificada na aquisição de bens e serviços por parte do SNS resulta sobretudo da diminuição dos encargos relativos aos contratos programa com os hospitais e unidades de saúde EPE e da redução de despesa com meios complementares de diagnóstico e terapêutica. A redução obtida nas despesas com o pessoal encontra-se em linha com o OER/2012, sendo o SNS responsável por cerca de metade desta redução, em parte devido à integração de diversos estabelecimentos de saúde no setor empresarial do Estado.

²⁶ A ótica de compromissos reflete o registo da receita e da despesa segundo o princípio da especialização do exercício.

²⁷ Para efeitos de comparabilidade foram expurgados da análise os efeitos elencados na nota à Tabela 7.

Tabela 7 - Execução orçamental dos serviços e fundos autónomos [excluindo as entidades públicas reclassificadas] (em milhões de euros e em percentagem)

	Milhões de Euros		Tvh (%)	CTVHA (p.p.)		Por memória: OER/2012 (M €)	Tvh OER/2012 (%)	Grau de Execução (%)
	2011	2012		Total	do qual: SNS			
1. Receita Corrente, da qual:	8 803,1	8 740,6	-0,7	-3,4	22 861,7	0,1	38,2	
Contribuições p/ SS, CGA e ADSE	1 409,7	1 396,3	-0,9	-0,1	3 470,0	-11,8	40,2	
Transferências correntes	6 357,3	6 014,0	-5,4	-3,6	n.d.	n.d.	n.d.	
2. Receita de Capital	728,9	531,8	-27,0	-2,1	1 806,7	4,5	29,4	
Transferências de capital	717,7	530,8	-26,1	-2,0	n.d.	n.d.	n.d.	
Outras transferências de capital	307,8	102,9	-66,6	-2,1	n.d.	n.d.	n.d.	
3. Receita Efetiva (1+2)	9 532,0	9 272,3	-2,7	-2,7	24 668,4	0,4	37,6	
4. Despesa Corrente, da qual:	8 084,5	7 801,8	-3,5	-3,3	22 468,0	0,8	34,7	
Despesas com o pessoal	1 034,6	960,5	-7,2	-0,9	2 601,9	-7,4	36,9	
Aquisição de bens e serviços	3 218,5	2 921,4	-9,2	-3,5	n.d.	n.d.	n.d.	
Transferências correntes	3 652,0	3 750,5	2,7	1,2	9 594,8	-9,7	39,1	
Subsídios	160,4	120,8	-24,7	-0,5	619,2	31,3	19,5	
5. Despesa de Capital	366,4	307,4	-16,1	-0,7	1 208,6	-8,3	25,4	
6. Despesa Efetiva (4+5)	8 450,9	8 109,3	-4,0	-4,0	23 676,5	0,3	34,3	
7. Saldo Global (3-6), do qual:	1 081,1	1 163,1			991,9			
SNS	105,2	95,1			n.d.			
CGA	346,0	171,5			382,5			

Ajustamentos: I) Incorporação do fundo de pensões da PT na CGA (2011),

II) licenças de utilização de frequências da 4.ª geração da rede móvel (2012),

III) incorporação dos fundos de pensões do grupo BPN (2012):

Impacte no saldo global	300,0	368,7		
Receita corrente	8 803,1	8 468,6	-3,8	-3,6
Receita de capital	428,9	435,1	1,4	0,1
Receita efetiva	9 232,0	8 903,6	-3,6	-3,6
Saldo global	728,1	794,4		

Fonte: DGO e cálculos da UTAO.

Nota: As taxas de variação homóloga implícitas no OER/2012 foram apuradas tendo por referência a execução orçamental provisória de 2011, publicada na síntese de execução orçamental de março de 2012. Para efeitos de comparabilidade foram expurgados da análise: i) as EPR; ii) a receita, até maio de 2011, relativa aos fundos de pensões da PT (300 M€); iii) a receita corrente obtida, em 2012, com a venda de direitos de utilização de frequências da 4.ª geração da rede móvel (272 M€); e, iv) o montante relativo à transferência dos fundos de pensões do grupo BPN (96,7 M€).

26 No mês de maio, o agravamento do défice das EPR foi o maior desde o início do ano. No final de maio, o défice registado pelo conjunto das EPR, que reportaram informação à DGO, ascendeu a 463,9 M€, o que representa um agravamento de 304,7 M€ face ao verificado até ao final de abril. Este resultado representa cerca de 39% do défice previsto para o total das EPR no ano 2012 (1193,8 M€). Contudo, é de salientar que o défice da Parque Escolar, EPE registado até maio (113,9 M€) excedeu em 34,2 M€ a previsão do OER/2012 para o conjunto do ano (79,7 M€); por seu lado, a Metro do Porto, SA, registou um défice de 119,7 M€, um valor próximo do previsto para o conjunto do ano. Assim, embora em termos globais o défice reportado pelas EPR se encontre dentro dos limites da previsão orçamental, a evolução da execução orçamental das EPR com maior expressão orçamental (ver Tabela 8) será determinante para o cumprimento da previsão constante no OER/2012.²⁸

27 A despesa com “juros e outros encargos” das EPR registou um aumento significativo no mês de maio. Pese embora se tenha registado a ausência de reporte das sociedades veículo criadas no âmbito da reestruturação financeira do BPN, a despesa com juros e outros encargos das EPR realizada até maio ascendeu a 323 M€ (da qual 187,8 M€ foi paga no mês de maio), correspondendo a um grau de execução de 28,6%. Note-se que na composição da despesa daquelas sociedades veículo predomina a despesa com juros e outros encargos (cerca de 322,8 M€, aproximadamente 96% da despesa destas duas entidades), o que, considerando a sua execução numa base duodecimal, elevaria o grau de execução

²⁸ Ajustado do efeito das transferências de capital do OE para a RTP (ocorridas integralmente no primeiro trimestre de 2012) e da ausência de reporte das sociedades veículo PARUPS, SA e PARVALOREM, SA, ambos efetuados numa base duodecimal, o saldo global das EPR ascenderia a -805,5 M€, o que compara com a referida previsão de -1193,8 M€ para o total do ano.

Informação técnica da UTAO n.º 13/2012

Baseado na Síntese de Execução Orçamental da DGO, de 22 de junho de 2012 e sistemas aplicacionais da DGO. Valores na Ótica da Contabilidade Pública. www.parlamento.pt/sites/COM/XIILEG/5COFAP/Paginas/RelatoriosActividade.aspx

desta rubrica para 40,6%, um valor muito próximo do padrão normal.

Tabela 8 - Execução orçamental das EPR (em milhões de euros e em percentagem)

	Março/2012 (M€)	Abril/2012 (M€)	Maió/2012 (M€)	OER/2012 (M€)	Grau de execução (%)
1. Receita Corrente, da qual:	527,4	681,7	873,0	2 795,5	31,2
Impostos indirectos	169,3	229,1	283,8	720,0	39,4
Transferências correntes	124,1	189,3	257,1	881,0	29,2
2. Receita de Capital	361,2	368,2	381,6	725,6	52,6
3. Receita Efetiva (1+2)	888,6	1 049,9	1 254,6	3 521,1	35,6
4. Despesa Corrente, da qual:	522,7	656,9	1 014,9	2 924,6	34,7
Despesas com o pessoal	164,3	221,2	272,0	686,0	39,7
Aquisição de bens e serviços	142,7	189,6	266,2	794,2	33,5
Juros e outros encargos	120,5	135,2	323,0	1 128,0	28,6
5. Despesa de Capital	434,2	552,2	700,1	1 789,7	39,1
6. Despesa Efetiva (4+5)	956,9	1 209,1	1 715,0	4 714,3	36,4
7. Saldo Global (3-6)	-68,3	-159,2	-460,4	-1 193,8	
8. Saldo Primário	52,2	-24,0	-137,4	-65,8	

Por memória:

Saldo global das 6 maiores EPR:	-99,9	-186,4	-480,3	-890,2
Rádio e Televisão de Portugal, SA	346,5	348,7	340,7	344,6
Parque Escolar, EPE	-55,9	-107,2	-113,9	-79,7
Estradas de Portugal, SA	-143,1	-165,9	-287,5	-532,7
Metro de Lisboa, SA	-5,2	-5,5	-65,5	-146,3
Metro do Porto, SA	-78,8	-96,2	-119,7	-121,2
REFER, EPE	-163,4	-160,3	-234,4	-354,9
Saldo global EPR sem reporte de informação	n.d.	n.d.	n.d.	-332,3
PARVALOREM, SA	n.d.	n.d.	n.d.	-244,0
PARUPS, SA	n.d.	n.d.	n.d.	-88,3

Fonte: OER/2012, DGO e cálculos da UTAO.

Segurança Social

28 O saldo global da segurança social reduziu-se consideravelmente face ao período homólogo de 2011, suscitando dúvidas quanto ao cumprimento dos objetivos inscritos no OER/2012 para este subsector. A segurança social apresentou um excedente inferior em 428 M€ ao registado em igual período de 2011. Esta evolução negativa deveu-se essencialmente ao aumento da despesa com prestações sociais, não tendo sido compensada pelo acréscimo da receita efetiva. O saldo da segurança social só não foi ainda mais reduzido pelo facto de terem sido recebidos cerca de 105 M€ de transferências provenientes do FSE que ainda não encontram correspondência em despesas com ações de formação profissional financiadas por aquele fundo, contrariamente ao verificado no período homólogo de 2011. No entanto, é de destacar que a execução orçamental ainda não reflete o efeito da medida de redução/suspensão dos subsídios de férias e de Natal dos pensionistas, a qual deverá produzir resultados em julho e dezembro de 2012, respetivamente.

29 Embora a receita efetiva tenha aumentado face ao mesmo período de 2011, esta encontra-se abaixo do crescimento implícito no OER/2012. Para esta evolução contribuíram essencialmente as transferências correntes da administração central (com um contributo de 1,3 p.p. para o crescimento da receita efetiva) e as provenientes do Fundo Social Europeu (1,1 p.p.), que mais que compensaram a redução registada nas receitas provenientes de contribuições e quotizações (-1,8 p.p.).

30 As contribuições e quotizações registam uma quebra mais acentuada do que a prevista no OER/2012, apresentando uma tendência de agravamento. Nos primeiros cinco meses de 2012, a receita proveniente de contribuições e quotizações registou uma redução de 3,1% em termos homólogos (-2,8% em abril), registando um desvio de 2 p.p. face ao objetivo implícito do OER/2012 (-1,1%). Este desvio merece especial destaque, uma vez que as contribuições e quotizações representam a principal fonte de receita da segurança social. Uma vez

que o contexto económico não é favorável à criação líquida de emprego, é de esperar que a redução destas receitas se venha a agravar durante os próximos meses. Também no ano anterior, as previsões orçamentais para as contribuições e quotizações ficaram aquém do executado em cerca de 2,8 p.p. (a tvh prevista no OE/2011 foi de 4,7% e a verificada foi de apenas 1,9%), comprometendo a receita do subsector. Considerando a experiência do passado recente e tendo presente que o emprego total tem vindo a diminuir em termos homólogos²⁹, será expectável que a receita de contribuições e quotizações fique bastante aquém da prevista no OER/2012.

Tabela 9 - Execução orçamental da segurança social
(em milhões de euros e em percentagem)

	Milhões de Euros		Variação 2011/2012		OER2012 (em M.€)	Por memória: Tx Cresc. OER2012 (%)
	2011	2012	Tvh (%)	Contr. p./ tvha (p.p.)		
1. Receita Corrente - da qual:	9 498,3	9 597,2	1,0	1,0	24 114,1	2,5
Contribuições e quotizações	5 517,2	5 343,5	-3,1	-1,8	13 592,0	-1,1
Transf. correntes da Adm. Central	2 867,3	2 990,4	4,3	1,3	7 171,8	2,8
— Financ. da Lei de Bases da SS	2 800,5	2 690,5	-3,9	-1,2	6 255,5	-6,9
Transf. do Fundo Social Europeu	490,5	592,2	20,7	1,1	1 371,1	19,2
Outras receitas correntes	325,2	371,5	14,2	0,5	1 030,3	8,3
2. Receita de Capital	2,5	1,5	-40,0	0,0	26,3	:
3. Receita Efetiva (1+2)	9 500,8	9 598,7	1,0	1,0	24 140,4	2,6
4. Despesa Corrente - da qual:	8 751,7	9 272,1	5,9	5,9	24 045,7	4,2
Prestações Sociais, das quais	7 736,0	8 355,3	8,0	7,1	21 529,8	3,7
Pensões, das quais:	5 106,3	5 321,8	4,2	2,5	14 473,0	0,2
— Velhice	3 906,8	4 089,8	4,7	2,1	11 210,0	1,3
Sub. desemprego e apoio ao emp.	871,3	1 071,3	23,0	2,3	2 184,8	3,8
Pensões do Regime Sub. Bancário	0,0	222,7	:	:	522,0	:
Ações de Formação Profissional	624,8	564,1	-9,7	-0,7	1 592,4	14,8
— das quais: c/ suporte no FSE	510,2	486,9	-4,6	-0,3	1 382,3	19,2
5. Despesa de Capital	5,8	11,3	94,2	0,1	31,8	5,6
6. Despesa Efetiva (4+5)	8 757,5	9 283,4	6,0	6,0	24 077,4	4,2
7. Saldo Global (3-6)	743,2	315,3	:	:	62,9	:

Fonte: DGO e cálculos da UTAO. | Notas: os valores ajustados excluem, tanto na receita como na despesa, o impacto financeiro ocorrido até maio, no valor de 222,7 M€ (de um total anual previsto de 522M€), relativo às pensões do regime substitutivo bancário (Decreto-Lei n.º 127/2011, de 31 de dezembro). As taxas de crescimento implícitas no OER/2012 foram calculadas tendo por referência o OER/2012 aprovado e a execução orçamental de 2011.

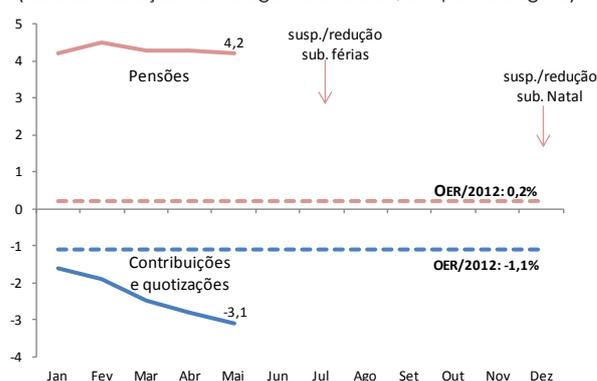
Tabela 10 – Principais contributos para as variações homólogas
(em percentagem e em pontos percentuais)

	Previsto OER/2012	Executado até maio	Diferencial
Receita efetiva ajustada (em %)	0,3	-1,3	-1,7
Contributos (em p.p.)			
Contribuições e quotizações	-0,6	-1,8	-1,2
Receita fiscal consign. ^{a)}	1,0	0,0	-1,0
Transf. do FSE	0,9	1,1	0,1
Outras Receitas Correntes	0,3	0,5	0,2
Transf. correntes	-1,4	-1,0	0,3
Despesa efetiva ajustada (em %)	1,9	3,5	1,5
Contributos (em p.p.)			
Formação profissional	0,9	-0,7	-1,6
Ação Social	1,3	-0,1	-1,3
Administração	0,0	-0,2	-0,2
Rend. Social de Inserção	-0,2	0,1	0,3
Subsídio de desemprego	0,4	2,3	1,9
Pensões ^{b)}	0,1	2,5	2,4

Fonte: DGO e cálculos da UTAO.

Notas: A receita e despesa efetiva encontram-se ajustadas da transferência dos fundos de pensões do setor bancário. a) inclui o IVA Social e a receita consignada para efeitos do Programa de Emergência Social. Esta última ainda sem execução orçamental até maio; b) ainda falta contabilizar o efeito da suspensão/redução dos subsídios de férias e de Natal dos pensionistas.

Gráfico 7 – Evolução das principais rubricas
(taxa de variação homóloga acumulada, em percentagem)



Fonte: DGO e cálculos da UTAO. | Notas: A variação homóloga da rubrica "Pensões" ainda será influenciada pela suspensão/redução dos subsídios de férias e Natal dos pensionistas. Foram excluídas as pensões de velhice do regime substitutivo bancário.

31 A despesa efetiva encontra-se muito pressionada pelo aumento das despesas com subsídios de desemprego. O crescimento da despesa efetiva (6%)³⁰ deveu-se sobretudo aos encargos com pensões (especialmente as pensões de velhice e do regime substitutivo dos bancários) e com o subsídio de desemprego e de apoio ao emprego, com contributos de 2,5 e 2,3 p.p., respetivamente. A despesa com pensões (excluindo as do regime substitutivo dos bancários) aumentou 4,2%, encontrando-se 4 p.p. acima do objetivo implícito do OER/2012 (que é recorde-se de 0,2%).³¹ De salientar que a despesa com os subsídios de desemprego cresceu 23% face ao período homólogo (21,4% em abril), encontrando-se significativamente acima do objetivo implícito do OER/2012 (3,8%). Também neste domínio, as projeções orçamentais apresentadas no OER/2012 parecem não ter tido integralmente em consideração a subida da taxa de desemprego no 4.º trimestre de 2011 e os pedidos de emprego em Centros de Emprego, os quais passaram a registar aumentos homólogos significativos daquele período em diante. Com efeito, no OE/2012 previa-se um aumento de 2,3% nas despesas com subsídio de desemprego e apoio ao emprego e no OER/2012 este aumento foi incrementado em apenas 1,5 p.p., para 3,8%, quando o crescimento homólogo da execução orçamental até fevereiro de 2012 para aquela rubrica (apurada quase em simultâneo com a elaboração do OER/2012) era já de 18%.

Gráfico 8 – Subsídios de desemprego vs inscrições em Centros de emprego (taxa de variação homóloga, em percentagem)



Fonte: DGO, IEFP e cálculos da UTAO.

²⁹ No boletim económico da Primavera/2012, o Banco de Portugal projetou uma redução homóloga do emprego de 3,6% para 2012, superior à projetada no OER/2012 (que foi de 2,5%). O emprego diminuiu, em termos homólogos, 4,3% e 4,2% em dezembro de 2011 e em março de 2012, respetivamente correspondendo a uma redução anual de cerca de 200 mil pessoas.

³⁰ Excluindo as pensões do regime substitutivo dos bancários o crescimento da despesa efetiva seria de 3,5%.

³¹ Recorde-se que a execução orçamental ainda não reflete a já referida medida de poupança decorrente da redução/suspensão dos subsídios de férias e de Natal dos pensionistas.

32 O esforço de contenção de algumas despesas tem vindo a compensar, ainda que parcialmente, os desvios na execução com pensões e com subsídios de desemprego. As despesas acrescidas com as pensões e com o subsídio de desemprego e apoio ao emprego e, embora em menor escala, com o Rendimento Social de Inserção, têm vindo a ser compensadas com uma execução inferior à prevista com Ações de Formação Profissional, a Ação Social e as despesas de administração. Também em 2011 se verificou um aumento da despesa com pensões acima do previsto no OE, tendo este aumento sido compensado por uma menor execução da despesa com formação profissional e ação social.

Administração Regional

33 A deterioração do saldo orçamental da administração regional até maio deveu-se ao desempenho negativo da Região Autónoma da Madeira (RAM). Decorridos cinco meses, a administração regional registou um défice orçamental de 2,7 M€, refletindo um agravamento de 42,6 M€ face ao verificado em igual período do ano passado.³² Aquele resultado decorreu de um défice da RAM (41,7 M€) e de um excedente de 39 M€ da Região Autónoma dos Açores (RAA). A deterioração do saldo orçamental no corrente ano e o aumento do endividamento financeiro deste subsector em 395 M€ (do qual mais de 300 M€ nos últimos dois meses) refletem o financiamento relativo ao Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da RAM (PAEF-RAM), bem como a regularização de dívidas no âmbito daquele mesmo programa.^{33, 34}

Tabela 11 – Execução orçamental da administração regional
(em milhões de euros, em percentagem e em pontos percentuais)

	2011	2011 jan-mai (M€)	2012 jan-mai (M€)	Tvha (%)	Contrib. p/tvha (p.p.)	Grau de Execução (%)	por memória:	
							2012 (M€)	tvha2012 (%)
Receita efetiva	2.114	819	787	-3,9	-3,9	34,0	2.316	9,5
Receita fiscal e contrib.	1.180	424	400	-5,6	-2,9	30,6	1.306	10,6
Transferências	836	362	346	-4,6	-2,0	42,6	811	-3,0
Outra Receita	99	33	42	26,1	1,1	21,1	199	102,2
Despesa efetiva	2.127	779	790	1,4	1,4	31,9	2.474	16,3
Despesa Corrente Primária	1.806	651	721	10,7	9,0	37,7	1.910	5,8
Despesa c/ pessoal e bens e serviços e outra desp.	1.113	400	420	5,2	2,6	36,1	1.164	4,6
Outra despesa corrente	635	231	269	16,2	4,8	49,1	547	-13,9
Despesa de Capital	321	128	69	-46,0	-7,5	12,0	577	79,6
Juros	57	20	32	57,1	1,5	16,1	199	250,2
Saldo Primário	44	60	29				40	
Saldo Global	-12	40	-3				-158	
d.q.: RA Madeira	11	6	-42					
RA Açores	-23	34	39					
Por memória								
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	8	3	201					
Passivos financeiros líquidos de amortizações	29	-5	395					
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo de gerência anterior	8	31	191					

Fonte: DGO e cálculos da UTAO. | Nota: Valores sem as EPR da RAM. Dados para o ano 2012 com base no OER/2012.

34 Cerca 3/4 da degradação orçamental deste subsector é explicada pela diminuição da receita efetiva. A redução das transferências do OE e da receita fiscal

continua a justificar a quebra homóloga da receita efetiva da administração regional. Em resultado da aplicação das medidas de consolidação orçamental previstas no OE/2012, a redução das transferências ao abrigo da lei das finanças das regiões autónomas, tem afetado a receita de ambas as regiões, traduzindo-se numa diminuição homóloga acumulada de 9,1 e 10,3% respetivamente para a RAA e RAM. No que se refere à evolução da receita fiscal, o comportamento tem sido distinto: (i) a RAA evidenciou em maio uma quebra homóloga acumulada de 12,9% (mais 4,6 p.p. que a verificada no mês anterior) sobretudo ao nível da receita de IVA e IRC; (ii) a RAM registou um ligeiro aumento (0,4%), devido ao comportamento positivo dos impostos diretos, que mais que compensou a diminuição da receita de IVA. No conjunto das duas regiões autónomas, a receita fiscal manteve a quebra homóloga de 5,6% registada em abril, um resultado muito aquém do objetivo de crescimento previsto para 2012 (10,6%).³⁵

35 A regularização de responsabilidades e os encargos com juros da RAM contribuíram para o aumento da despesa efetiva da administração regional. Apesar da despesa de capital deste subsector ter continuado a diminuir (sobretudo por via da contração do investimento, em particular na RAM) esta não se revelou suficiente para contrariar o aumento da despesa corrente primária. Esta circunstância é explicada pela RAM a qual registou um expressivo crescimento da despesa corrente primária (20%) e de juros (58,8%), contribuindo decisivamente para o aumento homólogo da despesa efetiva do subsector da administração em 1,4%. Para este agravamento muito contribuíram os pagamentos às concessionárias de autoestradas e as outras transferências correntes da RAM, os quais acentuaram o crescimento da despesa corrente primária neste subsector (+8,7 p.p. do que em abril). No mesmo sentido, o contributo dos juros da RAM (2,2 p.p.) para o aumento da despesa deste subsector mais que triplicou face a abril. No entanto, este agravamento da despesa da administração regional foi atenuado devido à diminuição da despesa efetiva da RAA em 8,1%, nomeadamente ao nível da despesa de capital (-39,8%) e despesa corrente primária (-2,3%). Não obstante a evolução negativa do conjunto despesa na administração regional, a mesma encontra-se ainda abaixo (em 14,9 p.p.) do objetivo previsto para o ano (16,3%).³⁶

Administração Local

36 A expressiva melhoria do excedente orçamental dos municípios deveu-se à receita proveniente do IMI. O aumento da receita fiscal municipal registada no mês de maio resultou quase na totalidade da receita proveniente do IMI (386 M€). Este facto explicou o forte aumento do saldo global municipal neste mês, o qual se terá situado em 253 M€, em termos acumulados, tendo aumentado 223 M€ face ao mês anterior.³⁷ Ainda que este resultado

³² Este resultado deve ser interpretado com alguma reserva atendendo à existência de diferenças de universo face ao período homólogo, dado que a partir de 2012 se passou a integrar execução orçamental das EPR das regiões autónomas (as EPR da Madeira não reportaram informação).

³³ Este programa prevê para este ano um financiamento de 1000 M€ de um total previsto de 1500 M€ até 2015, cerca de um quarto do total da dívida da RAM.

³⁴ De acordo com a execução orçamental do capítulo 60 – despesas excecionais - apenas se identificam até maio, o empréstimo do Estado à RAM no valor de 19,5 M€, dos 1000 M€ previstos conceder até final do ano ao abrigo do PAEF-RAM presumindo-se que o aumento das necessidades de financiamento desta região autónoma se tenha destinada à realização de despesa com ativos financeiros e despesa efetiva ao abrigo daquele programa. A UTAO solicitou à DGO (email de 26 de junho) a identificação da entidade financiadora, não tendo sido obtida resposta até à data.

³⁵ As novas taxas do IVA e a alteração de taxas nos impostos especiais sobre o consumo, que vigoram a partir de abril, conforme estabelecido no PAEF-RAM, poderão contribuir para o aumento da receita fiscal da administração regional nos próximos meses.

³⁶ A execução orçamental da despesa não incorpora ainda a totalidade dos efeitos do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da RAM (PAEF-RAM), nomeadamente os que decorrem de acordos de regularização de dívidas e de encargos assumidos em anos anteriores, cujo pagamento está previsto para 2012.

³⁷ A execução orçamental corresponde a um universo comparável de 236 municípios (3/4 do universo), não se encontrando disponível informação de importantes municípios (Lisboa, Almada, Amadora, Coimbra, Braga, Barcelos, Barreiro, Guarda, Castelo Branco, Albufeira, entre outros). Nos dados de execução relativos a janeiro a maio não se encontram abrangidas as freguesias, contrariamente à estimativa anual mais recente para 2011

reflita, face a abril, um desempenho mais próximo do objetivo orçamental para este ano, encontra-se ainda aquém do previsto (374 M€).³⁸

Tabela 12 – Execução orçamental da administração local
(em milhões de euros, em percentagem e em pontos percentuais)

	2012 jan-abr (M€)	2012 jan-mai (M€)	Variação (M€)	por memória:		
				tvh jan- mar/12 (%)	OER/2012 (M€)	tvh 2012 (%)
Receita efetiva	1.327	2.047	720	-5,2	7.533	0,9
Receita fiscal Municipal	249	670	421	-11,0	2.602	-0,2
Transferências	812	1.046	233	-4,6	3.396	-3,8
Outra Receita	266	331	66	-1,8	1.535	15,3
Despesa Efetiva	1.298	1.795	497	-5,2	7.159	-1,5
Despesa Corrente Primária	955	1.290	335	-2,3	4.915	-2,6
Despesa c/ pessoal	448	563	115	-3,7	2.245	-10,3
Outra despesa corrente	479	688	209	-2,8	2.670	5,1
Despesa de Capital	343	505	162	-12,2	2.245	7,7
Juros	28	39	11	36,2	127	-8,8
Saldo Primário	58	292	234			501
Saldo Global	29	253	223			374
Por memória						
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	1	6				
Passivos financeiros líquidos de amortizações	-2	-31				
Poupança (+)/Utilização (-) de saldo de gerência anterior	26	216				

Fonte: DGO e cálculos da UTAO. | Nota: valores em universo comparável para a execução de 2012. Valores globais para o ano 2012 com base no OER/2012. O cálculo da "tvh 2012" tem por referência a recente estimativa das administrações públicas para 2011, divulgadas pela DGO em março último. A individualização da estimativa da administração local foi obtida por diferença entre a estimativa para o subsetor da administração regional e local e a estimativa da administração regional. Para este cálculo foram considerados valores não consolidados, dada a dimensão dos mesmos não ser materialmente relevante.

37 O crescimento da receita fiscal municipal nos últimos dois meses tem contribuído para a diminuição das necessidades de financiamento. Esta circunstância, para além das transferências provenientes do OE e a par de uma maior contenção da despesa (sobretudo ao nível do investimento, por via dos limites ao endividamento líquido municipal) tem contribuído para a redução do endividamento financeiro municipal. A diminuição mais acentuada dos passivos financeiros líquidos de amortizações no mês de maio reflete um nível de amortizações de empréstimos superior à sua utilização. Com efeito, a informação até abril relativa aos empréstimos de Outras Instituições Financeiras Monetárias ao subsetor da administração local, divulgada no Boletim Estatístico do Banco de Portugal, confirmam aquela diminuição.

Despesa com ativos financeiros

38 A despesa com ativos financeiros continuou a concentrar-se na concessão de empréstimos às EPR. No mês de maio, o financiamento do Estado às EPR aumentou 121 M€ (72 M€ destinados à Estradas de Portugal, 30 M€ para o Metro do Porto e 20 M€ para o Metropolitano de Lisboa). Em termos acumulados os empréstimos de médio e longo prazo concedidos pelo Estado às EPR ascenderam a 1109 M€. Para o conjunto do ano encontra-se previsto um total de 3993 M€, dos quais 1100 M€ destinados às sociedades veículo do BPN (200 M€ para a PARUPS, SA e 900 M€ para a PARVALOREM, SA).

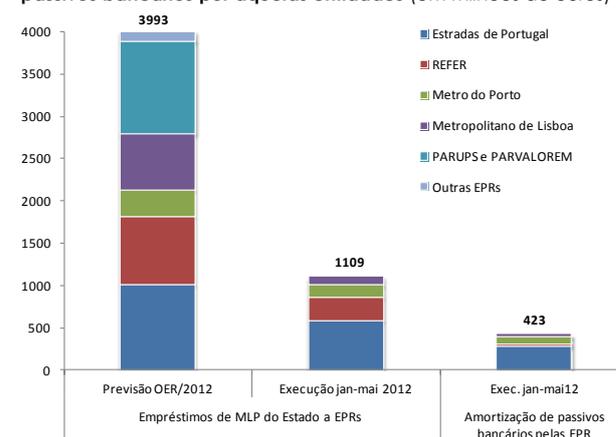
39 Apenas uma parte do apoio financeiro do Estado às EPR traduziu-se na amortização de dívida financeira. Dos 1109 M€ concedidos pelo Estado às EPR, sob a forma de empréstimos de médio e longo prazo, apenas 423 M€ (38%) foram destinados à amortização de passivos bancários, indiciando que os restantes 686 M€ se

divulgada pela DGO em março último e à estimativa para 2012 implícita ao OER/2012 que figura na tabela 12.

³⁸ Admitindo o habitual contributo nulo das freguesias para este saldo.

destinaram a criar uma almofada de liquidez ou então a suprir outras necessidades de financiamento.

Gráfico 9 – Financiamento do Estado às EPR e amortizações de passivos bancários por aquelas entidades (em milhões de euros)



Fonte: OER/2012, Sistemas aplicacionais da DGO e cálculos da UTAO.

Nota: As "outras EPRs" correspondem às entidades Parque Escolar, EPE (90 M€), Vianapólis, SA (20M€). No reporte de execução de maio, a Metropolitano de Lisboa, SA procedeu à revisão em baixa do montante da amortização de passivos financeiros, face ao mês anterior.

40 O recurso a fundos públicos para a recapitalização do setor bancário (CGD, BCP e BPI) poderá ascender a 6650 M€. De acordo com a informação divulgada pelo Ministro de Estado e das Finanças,³⁹ o Estado prevê injetar 1650 M€ na CGD para reforço dos fundos próprios, em cumprimento das metas estabelecidas no PAEF e das exigências da *European Banking Authority* (EBA) relativamente aos "objetivos para os rácios de capital (*Core Tier I*)". Relativamente ao BCP e BPI, o Estado compromete-se a subscrever até 3500 M€ e 1500 M€, respetivamente, financiados através do recurso ao mecanismo de apoio à solvabilidade bancária. Estes montantes poderão ser inferiores em 500 M€ e 200 M€, respetivamente, se para tal concorrer a participação de acionistas privados.

Dívida não financeira

41 Três meses após a entrada em vigor da lei de compromissos, o stock de "contas a pagar" reduziu-se para níveis inferiores ao verificado em dezembro de 2011.⁴⁰ A introdução de normas que limitam a assunção de compromissos aos meios financeiros existentes em cada serviço/organismo começou a produzir os seus resultados no 2.º trimestre. Com efeito, em maio, o stock de "contas a pagar" relativas aos subsectores da administração central e administração regional registou, uma diminuição de 406 M€ face ao mês anterior, reduzindo o stock para 2662 M€.⁴¹ Desde o início do ano, a diminuição destes passivos ascende a 182 M€, maioritariamente na administração central (96 M€). Esta evolução favorável das "contas a pagar" poderá contribuir para o cumprimento do objetivo de redução das dívidas por pagar há mais de 90 dias.

³⁹ Intervenção do Ministro de Estado e das Finanças na reunião da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública da Assembleia da República, 26 de junho de 2012.

⁴⁰ Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

⁴¹ "As contas a pagar" são um subconjunto dos passivos certos, líquidos e exigíveis. Trata-se de um indicador que procura medir o montante de despesa por pagar, independentemente da mesma poder ter sido incorrida em exercícios anteriores ou no exercício orçamental atualmente em curso.

Tabela 13 – “Contas a pagar” a entidades fora das administrações públicas até maio de 2012
(em milhões de euros)

Subsetor	Stock				Variações		
	dez.11	mar.12	abr.12	mai.12	desde o início do ano		face ao
					1º Trim.	até maio	mês anterior
(1) Adm. Central	714	830	900	618	116	-96	-283
(2) Adm. Regional	2130	2 197	2 167	2 044	67	-86	-123
(3) Adm. Local	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
(4) = (1)+(2)	2844	3027	3068	2662	183	-182	-406

Fonte: DGO e cálculos da UTAO. | Notas: estes dados, ainda que parciais, referem-se à administração central e à administração regional, incluindo as respetivas entidades públicas reclassificadas. Não existe informação disponível relativamente à administração local para 2012.

42 O stock de “pagamentos domésticos em atraso” continuou a evidenciar uma trajetória de crescimento. O “stock de pagamentos em atraso” voltou a aumentar em abril, elevando para 5320 M€ o total de dívidas vencidas há mais de 90 dias. Este novo agravamento (em 162 M€) deveu-se, em mais de metade, aos hospitais EPE (92 M€). Os pagamentos em atraso das administrações públicas aumentaram 63 M€, com particular destaque para o subsetor da administração regional (33 M€) e da administração central, incluindo saúde (21 M€).

Tabela 14 – Pagamentos em atraso até abril de 2012
(dívidas por pagar há mais de 90 dias, em milhões de euros)

Subsetor	março	abril	Variações			
	2012	2012	abril 2012		Acum. desde junho 2011	
	M€	M€	M€	%	M€	%
Administrações Públicas (Total consolidado)	3283	3347	63	1,9	166	5,2
Admin. Central excl. Subsetor da Saúde	191	179	-12	-6,2	-133	-42,6
Subsetor da Saúde	152	185	33	21,9	-161	-46,6
Entidades públicas reclassificadas	49	49	0	-0,2	-10	-16,7
Administração Regional	1287	1320	33	2,6	398	43,1
Administração Local	1725	1735	11	0,6	20	1,2
Outras Entidades	1875	1974	99	5,3	243	14,0
Empresas públicas não reclassificadas	19	26	7	35,3	13	104,7
Hospitais EPE	1856	1948	92	5,0	230	13,4
Administrações Públicas e outras entidades	5158	5320	162	3,1	409	8,3

Fonte: DGO e cálculos da UTAO.

43 O critério indicativo de não acumulação de atrasos nos pagamentos domésticos continua a não ser observado. De acordo com o quarto exame trimestral do PAEF, o cumprimento deste critério depende do sucesso da aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), pelo que a sua implementação será fundamental para controlar a despesa pública. Com efeito, 10 meses após o momento em que se efetuou o apuramento de dívidas em atraso nas administrações públicas e outras entidades (junho de 2011), o “stock doméstico de pagamentos em atraso” aumentou 409 M€. Esta acumulação de atrasos nos pagamentos domésticos é explicada em 60% pelos hospitais, EPE, sendo o restante devido às administrações públicas, em particular às regiões autónomas e autarquias. Na sequência da aplicação da LCPA e da regularização significativa dos pagamentos em atraso na saúde, prevista para o 3.º trimestre, espera-se que no 2.º semestre as dívidas por pagar há mais de 90 dias possam apresentar uma evolução mais consentânea com o cumprimento do critério indicativo de não acumulação de atrasos nos pagamentos domésticos, definido no âmbito do Memorando de Entendimento Técnico.